

Brasil vai se abster de votar em moções costa-riquenha e cubana

Direitos Humanos

Em sua declaração de voto,

País fará advertência nominal a Cuba pela execução de dissidentes

DENISE CHRISPIM MARIN

BRASÍLIA – O Brasil decidiu manter sua abstenção na votação, adiada para hoje, da resolução que prevê o envio a Cuba de um emissário da Comissão de Direitos Humanos da ONU. Mas igualmente se absterá de votar as duas polêmicas emendas propostas ontem pela Costa Rica e pelo próprio governo cubano, por considerar que ambas politizaram ainda mais as discussões em torno da situação dos direitos humanos na ilha.

Na declaração pública de seu voto, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva fará uma advertência nominal contra Cuba, por conta da execução de três dissidentes, após julgamentos sumários.

“A apresentação das duas emendas provocou uma reviravolta e é mais um exemplo da politização dessas discussões”, afirmou o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores, Ricardo Neiva Tavares. “Se as emendas vierem a ser votadas, o Brasil se absterá em ambos os casos”, completou. A emenda apresentada pela Costa Rica (*ler ao lado*) tem um caráter “altamente condenatório” ao governo cubano, na avaliação do Itamaraty. Cuba, por sua vez, pediu que a CDH exija o fim imediato do embargo imposto pelos EUA ao país, por caracterizar-se como um desrespeito aos direitos humanos dos cubanos.

Embora condene o isolamento econômico ao qual o governo americano submeteu Cuba, o Brasil decidiu não tomar partido nessa briga de vizinhos e manterá sua estratégia de expor sua posição diretamente a Havana – em um esfor-

ço diplomático de convencer uma mudança de rumos.

Na declaração do voto do País, o governo decidiu manter uma séria advertência contra o modelo jurídico aplicado em Cuba. O texto mencionará explicitamente que “os julgamentos baseados em ritos sumários ocorridos em Cuba, inclusive os que geram a aplicação de penas capitais, são motivos de forte preocupação para o governo brasileiro”. Nesse discurso, o representante brasileiro ainda reafirmará que o País se mantém contrário à pena de morte e defende a observação estrita do direito de ampla defesa em processos jurídicos transparentes.